

PROJETO DE LEI Nº , DE 2011
(Do Sr. Marcos Montes)

Altera a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 285 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 285

§ 1º O recurso terá efeito suspensivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

São crescentes o volume de carros nas ruas do país e o conseqüente aumento de acidentes e infrações de trânsito. Sabe-se também que muitos são os casos em que a indústria da multa se utiliza desse fenômeno para lucrar indevidamente dos bons motoristas. Essa prática se alicerça e se agrava por haver uma incoerência no Código de Trânsito Brasileiro – CTB em não permitir o efeito suspensivo aos recursos administrativos diante as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARIs.

Esse projeto de lei visa corrigir essa distorção com base no princípio da presunção da inocência. Se ninguém pode ser considerado culpado judicialmente antes do trânsito em julgado, seria uma incoerência não estender essa norma constitucional ao aspecto administrativo.

Os recursos interpostos às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI possui um prazo de trinta dias para ser avaliado e julgado. Suspende os efeitos da multa nesse curto espaço de tempo não ofende os objetivos do Código de Trânsito Brasileiro – CTB e ainda garante a ampla defesa e o contraditório.

Sendo essas as razões que nos levam a apresentar o projeto, pedimos aos nobres Pares o apoio necessário para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado MARCOS MONTES